

CIDADE, CORPO, ARQUITETURA Cosmopolítica pelos mutirões

*CITY, BODY, ARCHITECTURE
Cosmopolitics Through Mutirões*

Douglas Silveira Martini¹ e Eber Pires Marzulo²

Resumo

Este ensaio faz parte de uma experiência cartográfica vivida simultaneamente como ativista, arquiteto e pesquisador junto a coletivos e movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade e ao território. Das práticas de mutirão, que corporificam trabalho associado, cooperação e apoio mútuo, carrego como tese que esses corpos em aliança, militantes de movimentos por moradia e seus aliados, suscitam uma cosmopolítica: desaceleram a forma como as políticas de planejamento urbano são decididas, produzem outra cidade e outra política, o avesso da política neoliberal em curso em Porto Alegre. Por meio da cartografia, ao acompanhar de perto as negociações, conflitos e desafios dos processos de luta, busco elaborar reflexões sobre os movimentos de ação cotidiana, as experimentações do habitar e as invenções políticas e conceituais que emergem desses territórios, além de pensar a partir das incidências, interrupções e debates que esses movimentos provocam para os estudos urbanos e para as políticas públicas de planejamento urbano.

Palavras-chave: movimentos sociais; planejamento urbano; mutirões; cosmopolítica; cartografia.

Abstract

his essay emerges from a cartographic experience lived simultaneously as an activist, architect, and researcher alongside collectives and social movements struggling for the right to the city and to territory. Drawing from mutirão practices - which embody associated labor, cooperation, and mutual aid - I advance the thesis that these bodies-in-alliance, composed of housing movement militants and their allies, give rise to a cosmopolitics: they slow down the ways in which urban planning decisions are made, bringing into existence another city and another politics, one that stands in contrast to the neoliberal urbanism currently unfolding in Porto Alegre. Through cartography, by closely following the negotiations, conflicts, and challenges that permeate these struggles, I seek to elaborate reflections on the movements of everyday action, the experimentations of dwelling, and the political and conceptual inventions that emerge from these territories. At the same time, I explore the implications, interruptions, and debates that these movements generate for urban studies and for public urban planning policies.

Keywords: social movements; urban planning; mutirões; cosmopolitics; cartography.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), mestre pelo mesmo programa (UFRGS/2023) e graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS/2019). Vinculado ao Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS). E-mail: domutuca@gmail.com

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ, 2005), com estágio de doutoramento no IRIS/CNRS – Paris IX-Dauphine (2004). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 1993) e Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS, 1987). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e em Segurança Cidadã. Coordenador do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/CNPq) e membro do GT Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo. E-mail: eber.marzulo@ufrgs.br

Introdução

Em 2015, o CAU/BR divulgou uma pesquisa que circulou bastante entre os espaços de formação e discussão política sobre a Arquitetura e o Urbanismo: mais de 80% das obras de reformas ou de construções são realizadas sem os serviços de um profissional de arquitetura ou de engenharia. Quanto às estatísticas de acesso à moradia, a Fundação João Pinheiro, com dados de 2022, afirma que o Brasil registra 6,2 milhões de déficit de moradias³. A partir do momento que morar e comer segue sendo um privilégio em Porto Alegre e no país, o acesso universal a serviços profissionais de arquitetura parece virar um sonho cada vez mais distante. Não encontrei dados para detalhar esses 80% das obras, mas especulo que parte deles são construídos através de relações de trabalho não assalariadas: mutirões, ajuda mútua entre parentes, vizinhas e vizinhos.

Em comunidades da periferia, como exemplo, os mutirões acontecem de diversas formas: para erguer novas habitações e espaços coletivos; para recolher descartes e resíduos de praças e rios; para organizar almoços solidários e festas comunitárias; para limpeza de escolas e outros edifícios comunitários, etc. Recentemente, essas práticas também entram com importância na carta de 2022 da Conferência Popular pelo Direito à Cidade, onde é enfatizada “(...) a ideia de que uma nova concepção de cidade vem sendo construída todos os dias a partir dos saberes indígenas, das experiências das ocupações urbanas, hortas familiares e comunitárias (...)”. Apesar de Porto Alegre ficar próxima do Uruguai, onde há uma cultura de cooperativismo de habitação e de mutirões, não temos aqui uma grande incidência de políticas públicas locais voltadas para os mutirões, ou uma tradição de pesquisas que aprofundem o papel dos mutirões nas políticas de moradia, como na cidade de São Paulo (Santo Amore, 2004). Embora, enquanto política habitacional, esse modelo de construção não represente para o estado uma alternativa habitacional economicamente competitiva ou reconhecida, na prática ele está presente no cotidiano dos territórios populares, nas ocupações e nas práticas dos movimentos sociais pelo direito à cidade e ao território da cidade de Porto Alegre⁴.

Segundo Silke Kapp (2008), nas vilas, becos e comunidades do país há o predomínio de uma “outra produção arquitetônica”. Tratam-se de práticas de arquitetura que não se conformam ao paradigma formal do projeto profissional - aquele em que o arquiteto detém a autoria, o saber técnico precede todas as decisões, e a construção é secundária ao desenho. Nessa outra produção arquitetônica, muitas decisões são tomadas durante o processo de construção, pelos próprios moradores ou coletivo, com autonomia relativa, incorporando saberes informais, conhecimentos técnicos populares, improvisações e adaptações de acordo com condições concretas do cotidiano. A arquiteta destaca que essas autoproduções, frequentemente construídas por mutirões, desafiam a ideia de que o projeto deva preceder a obra, rompendo com a rigidez das hierarquias tradicionais entre projeto e execução; elas expõem como o uso e a experiência vivida se torna parte constitutiva do espaço. Em vez de pensar

³ Dados referentes a 2022, divulgados em 24 de abril de 2024 pela Fundação João Pinheiro (FJP) com base na PNAD Contínua do IBGE. O déficit habitacional de 6,2 milhões de domicílios (8,3% do total) é composto principalmente pelo ônus excessivo com aluguel (52,2% do total), sendo mais prevalente em domicílios chefiados por mulheres (62,6%) e por pessoas não brancas. Regionalmente, o déficit é maior no Nordeste (1,76 milhão) e Sudeste (2,43 milhões), com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores parcelas de habitações precárias. O número absoluto aumentou 4,2% em relação a 2019, mas a proporção relativa manteve-se estável.

⁴ Os movimentos sociais podem ser classificados de múltiplas formas, conforme o tipo de conflito, a pauta de reivindicação, as estratégias de mobilização e a relação com o Estado. No campo brasileiro de estudos, destacam-se tanto os movimentos clássicos (sindicais, camponeses, de moradia e populares urbanos), quanto os chamados novos movimentos sociais (feministas, negros, ambientais, LGBTQIA+, etc.). Mais recentemente, emergem também os novíssimos movimentos e coletivos, caracterizados por formas horizontais, apartidárias e em rede (Pereira & Silva, 2022).

a arquitetura apenas como produto acabado ou como intervenção externa, a “outra produção” aponta para uma arquitetura que emerge da convivência entre o técnico e o vivido, entre o formal e o informal.

A palavra “mutirão” teria raízes na palavra tupi-guarani moty’rõ, que significa “trabalho em comum”. A palavra se espalhou por diferentes culturas que formaram o Brasil, em expressões similares como: motirão, muquirão, mutirom, mutirum, mutirão, muxirã, muxirão, muxirom, ponxirão, punxirão, putirão, putirom, putirum, puxirum, pixurum, etc. A palavra foi incorporada ao português brasileiro durante o período colonial para descrever uma prática comum tanto entre os povos indígenas quanto entre as comunidades africanas escravizadas. Essas práticas de trabalho são encontradas em povos indígenas e entre as populações afro-diaspóricas,

Termo de origem indígena, a palavra “mutirão” reflete a tradição de trabalho coletivo solidário que remonta aos povos originários e rurais da América Latina, tendo sido utilizado já no século XIX por associações de ajuda mútua e coletivos negros na luta por autonomia ao longo do inacabado processo de abolição da escravidão, e desembocando nas favelas e periferias de todo o país, no século XX, como alternativa às dinâmicas opressoras da expansão do capitalismo associado à urbanização seletiva (Nepomuceno, 2025).

Segundo Clovis Caldeira (1956), o mutirão no Brasil se caracteriza historicamente como uma prática de cooperação baseada na reciprocidade, seja ela instantânea (como a oferta de comida e festa) ou adiada (a retribuição em dias de trabalho). Suas manifestações incluem tanto a ajuda solicitada, organizada previamente, quanto a espontânea. Segundo o autor, os mutirões estavam em declínio devido à “monetização e transformações agrárias”, ainda que o costume mantenha forte aspecto lúdico e festivo, com cantos, danças e refeições coletivas, reforçando os laços comunitários e a identidade local. A cultura dessas práticas incluía repertórios de cantos que sincronizavam o esforço físico e variavam regionalmente, enquanto o compromisso de retribuir o favor era uma norma social internalizada, uma dívida moral que fortalecia as redes de confiança e a coesão comunitária, funcionando como um contrato social informal (Caldeira, 1956, p. 30-36). No Rio Grande do Sul, em contextos mais rurais, é comum vizinhas e vizinhos de uma localidade se reunirem para realizar tarefas que demandam trabalho intenso, como a colheita e plantio de alimentos, a construção de um edifício comunitário, organização de um ritual ou de reparos após alguma catástrofe ambiental. Minha avó, que partiu jovem da zona rural de Santo Antônio da Patrulha (RS) para a zona rural de Triunfo (RS), costumava usar a expressão “fazer um pixurum”⁵ quando se refere a alguma atividade coletiva no sítio dela ou nas chácaras de vizinhas e vizinhos.

Aprofundando mais sobre o sentido das práticas de mutirão, penso com Tim Ingold (2015) sobre a diferença entre construção e habitação, e na sua formulação que o levou à “perspectiva do habitar”. O autor, inspirado pelo uso do verbo “produzir” junto a outros verbos intransitivos que Marx e Engels mobilizaram, reforça o habitar na potência intransitiva. Para o autor, “habitar”, e por consequência, “habitação”, “significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer” (Ibidem, 34). Logo, vamos sendo o que produzimos em nossas vidas, vamos sendo o modo como habitamos. No caminho de uma pesquisa orientada pelas práticas de um

⁵ Clovis Caldeira, amparado pelo escritor Dante de Laytano, encontra a expressão pixuru utilizada em Gravataí (RS), terra de forte formação indígena.

tornar-se fazendo o que se faz que caracteriza os mutirões, me guio um pouco pela proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers, que se define precisamente como uma prática de desaceleração do pensamento. Para a filósofa, a cosmopolítica não constitui uma teoria ou método, mas um “processo de hesitação” diante de qualquer certeza estabelecida, criando as condições para que diferentes modos de existência possam se fazer presentes (Stengers, 2018). Trata-se de uma interrupção deliberada da velocidade com que questões cruciais são normalmente resolvidas, seja na produção de conhecimento, seja nas decisões políticas. A cosmopolítica desdobra-se no que Stengers denomina de uma ecologia de práticas, onde a produção do conhecimento emerge do aprender a pensar em meio às próprias práticas que nos forçam a pensar. A ecologia de práticas nos lembra que “nenhuma prática é ‘como qualquer outra’” (Stengers, 2021, p. 11), exigindo de nós a sensibilidade para compreender e situar as fronteiras específicas e as questões que seus praticantes podem aceitar como relevantes. Aproximar-se de uma prática significa, então, abordá-la em sua divergência, experimentando suas exigências particulares sem pretender reduzi-la a modelos preexistentes. Esta dupla orientação constitui uma espécie de horizonte ético e metodológico que me permite escutar o que as práticas e os praticantes de mutirão têm a dizer. Nesse sentido, o potencial de pensar os mutirões pela cosmopolítica vai se desenhando na medida em que essas práticas constituem, elas mesmas, espaços de hesitação frente à cidade neoliberal, laboratórios onde se experimentam e se produzem outros modos de existência. Essas composições heterogêneas podem ser compreendidas como agenciamentos, nos termos de Deleuze e Guattari (1997) - arranjos materiais e relacionais em processo, que conectam corpos, afetos, espaços e técnicas em arranjos instauradores de novos modos de existência.

Não por coincidência, e se aproximando de uma proposição cosmopolítica, ao falar sobre o lugar e o cotidiano, Milton Santos evoca a noção dos homens lentos em meio às experiências brasileiras de cidade. Em oposição aos homens velozes, que detém a mobilidade na cidade, que pode esquadrihá-la e desenhá-la, mas acabam por ver pouco, os homens lentos “escapam ao totalitarismo da racionalidade”, se misturam e se adaptam apesar dos territórios instituídos. Outra noção do pensador é a de “flexibilidade tropical”, que diz respeito aos modos de adaptação e de subversão das massas marginalizadas (pobres, em suas palavras), no momento de ascensão do capitalismo técnico-científico-informacional, são práticas sociais que produzem economias subterrâneas e informais,

(...) uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (...) (Santos, 2002, p. 324).

No século XXI, a noção problemática e moralizante de lumpemproletariado⁶, ainda utilizada em alguns contextos de militância, mostra-se insuficiente para dar conta das subjetividades e condições contraditórias produzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Como nos alerta Silvia Federici (2022), vivemos uma era de novos cercamentos que atinge corpos, saberes e territórios, produzindo massas sistematicamente marginalizadas, despossuídas, uberizadas⁷ e endividadas, sujeitos

⁶ O termo lumpemproletariado foi cunhado por Karl Marx e Friedrich Engels para designar uma camada social situada abaixo do proletariado, compreendendo indivíduos desclassificados, desempregados crônicos, vagabundos e marginais que, segundo os autores, não desenvolviam consciência de classe e poderiam ser facilmente cooptados pela reação.

⁷ O termo “uberização” refere-se a um novo paradigma de exploração do trabalho mediado por plataformas digitais, que combina a precarização extrema com a ilusão de autonomia. Sob um discurso de flexibilidade e empreendedorismo, operam-se mecanismos de controle algorítmico e pagamento por

sociais e identidades práticas cada dia mais complexos de cartografar. Nesse processo de “devir-negro do mundo” descrito por Achille Mbembe (2018), a condição histórica imposta aos povos negros - a exposição à violência, ao controle e à precariedade - torna-se referência analítica para compreender as novas formas de exploração estrutural, fruto de um projeto político que converte a vida em mercadoria, a subjetividade em dívida e os corpos em estoque descartável.

Para Judith Butler (2018), a ação política fundamental nas democracias contemporâneas ocorre quando corpos físicos se reúnem intencionalmente no espaço público. Essa assembleia corporal cria uma “aliança” que não se baseia necessariamente em uma identidade comum pré-existente, mas sim em uma exposição corporal compartilhada e em uma demanda coletiva por reconhecimento e direitos. Estar juntos no espaço, ocupando praças, marchando em ruas, criando ocupações é um ato performativo que contesta as normas de quem é considerado “digno de luto” ou merecedor de uma “vida vivível” no âmbito político. Os “corpos em aliança” tornam visíveis populações que são sistematicamente precarizadas e invisibilizadas, materializando uma forma de poder que desafia a ordem estabelecida a partir da própria vulnerabilidade e interdependência corporal. No contexto desta tese, o termo é mobilizado para descrever a coalizão formada por militantes de movimentos por moradia, moradores de ocupações e seus aliados.

Este ensaio é escrito a partir do ponto de vista de um arquiteto e militante anticapitalista, branco, LGBTQIAP+, de origem pobre, que atua desde 2016 junto a coletivos de assessoria técnica, ocupações e movimentos de luta por moradia - percorrendo diferentes ciclos de intensidade e modos de atuação. A partir de 2023, no entanto, atravesso um processo de transformação mais profundo, no qual as lutas por moradia, terra e território passaram a ocupar o centro da minha vida. A academia mais tradicional, de fundamentos onto-epistêmicos positivistas, frequentemente desvaloriza as *standpoint theories*⁸ como fonte válida de conhecimento, vendo-as como viesada e subjetivista. No entanto, defendo que produzir um conhecimento encarnado, que não aspire dar conta da totalidade de fenômenos, períodos ou contextos constitui uma tarefa central, talvez o único modo pelo qual eu e outras pessoas conseguimos ocupar a universidade. Superamos já a época de uma produção de conhecimento alicerçada no “truque de Deus” de uma branquitude eurocêntrica, com a pretensão de “ver tudo de lugar nenhum”, sem se expor e sem expor as condições que permitem a própria existência de suas falas (Haraway, 1995); Desse modo, assumo a posição de um cartógrafo que se encontra totalmente “embolado” nos territórios existenciais dessa pesquisa-intervenção (Kastrup; Escóssia; Passos, 2009).

O recorte espacial e temporal desta cartografia, meu plano de intervenção, situa-se na cidade de Porto Alegre, entre 2016 e a atualidade - período no qual habito, atuo e me organizo politicamente em meio a esses territórios. Trata-se de uma constelação de territórios de luta pelo direito à cidade e ao território, onde experiencio diferentes práticas de mutirão, organização política e/ou práticas de assessoria técnica popular. Atualmente, minha atuação se dá em articulação com uma rede de coletivos e organizações populares que se afirmam anticapitalistas - entre eles, a União Nacional por Moradia Popular, o Emancipa Comunidades, o Mãos - Arquitetura. Terra. Território. e o Centro de Assessoria em Práticas Interdisciplinares e Mutirões (CAPIM). Cada

tarefa, aprofundando a lógica da acumulação por despossessão.

8 As *standpoint theories* ou teorias do ponto de vista, articuladas por autoras feministas como Patricia Hill Collins a partir do feminismo negro, postulam que o lugar social que ocupamos - marcado por interseccionalidades de raça, gênero e classe - não é um obstáculo, mas uma condição de possibilidade para um conhecimento situado e crítico. Para Collins (1990), o “ponto de vista das mulheres negras” emerge como um lugar epistêmico privilegiado para desvelar as matrizes de poder, pois sua experiência na fronteira entre dominações permite uma visão mais ampla da estrutura social.

uma dessas estruturas de organização política assume tarefas específicas, mas em diversas situações convergem e se fortalecem mutuamente nas lutas.

Na Zona Sul, a Ocupação Vida Nova se destaca por seu caráter periurbano, onde mutirões de atividades comunitárias, cozinha comunitária e o projeto de retomada das práticas de cultivo de uma horta comunitária convivem com a pressão por negociação de área pública disputada com o poder municipal, pelo abandono e a precariedade habitacional. Já na Zona Norte, a Vila Nazaré persiste e luta por “um mínimo de dignidade e de ser reconhecida”, com famílias remanescentes após as grandes remoções ligadas à expansão do aeroporto. Nas proximidades, a Vila Dique enfrenta uma nova onda de remoções com as obras do dique de contenção, onde a política habitacional controversa do MCMV-Reconstrução atua como mecanismo de remoção, desarticulando a vida em comunidade. Entre o Menino Deus e a Cidade Baixa, a Ocupação Kalíça emerge como um território anarquista, separatista e dissidente de gênero, reunindo lgbtqiap+ que se organizam através de mutirões, atividades culturais, feiras e outras práticas para desconcretar e desembrutecer a cidade. No centro de consumo da cidade, a Ocupação Periferia no Centro ressignifica o Edifício Protetora, patrimônio público federal abandonado há anos, criando moradia para famílias de comunidades da periferia, que experienciam os desafios de organização cotidiana e vínculos de pertencimento de uma comunidade forjada pela ação direta que originou a ocupação. Como pretendo aprofundar mais ao longo do texto, cada território experimenta modos singulares de organização política, configurando ecologias de práticas específicas que revelam diferentes tipos de experiência e de maturidade organizativa, diferentes práticas de mutirão, demandas, desafios e denúncias diante da “cidade da mercadoria”.

Interromper a cidade

No Brasil, a Lei de Terras de 1850 foi um dos marcos institucionais de colonialidade que consolidaram o paradigma da propriedade privada e um entendimento da terra enquanto mercadoria individualizada. Atualmente, o legado dessa Lei pode ser considerado estruturante à legislação fundiária do território nacional e aos processos governamentais de urbanização, algo nitidamente expresso no déficit habitacional e na política de regimes de aluguéis abusivos que afetam parte considerável, em maioria preta e marginalizada, da população. Hoje, esse processo de formação do território nacional se sustenta por uma “esquizofrenia do planejamento” como sugere Faranak Miraftab (2016), que vejo em planos e projetos de planejamento urbano que são importantes para os debates atuais nos estudos urbanos e regionais. Em Porto Alegre, é um fenômeno que percebo em projetos como os impulsionados pela Copa de 2014, o Masterplan do 4D, os mega-projetos das orlas de Porto Alegre, a assim chamada revitalização do Cais Mauá, a revisão do Plano Diretor e o Programa Viva o Centro, que seguem em avanço em meio a invisibilização.

As estratégias desses planos e projetos - em boa parte construídas flertando com enunciados de justiça social, inclusão, diversidade, urbanidade, inovação e sustentabilidade - prometem a “inclusão da capital gaúcha no século XXI”, algo que olhando por cima nenhum habitante iria se opor. Entretanto, o que percebo é uma gestão pública íntima aos agentes do mercado, como grandes empreendedores e grandes construtoras, e os lugares da cidade que até então eram espaços públicos para encontros e partilhas se convertendo em espaços para consumo excludentes, algo que Paulo Reyes (2022), pensando com Jacques Rancière, chama de lógicas policiais de projeto⁹. O modo como os governos municipais mais recentes lidaram com

9 Jacques Rancière (1996) distingue “polícia” e “política” como dois modos de organizar o comum. A

a organização entre a cidade e a reprodução de mercadorias, cuja relação faz parte de qualquer cidade no capitalismo, é afirmar Porto Alegre ao status de “cidade da produção” e “cidade de negócios”, etc. Com base nas reflexões de Siqueira e Marzulo (2020), a trajetória de Porto Alegre ilustra a consolidação da cidade da mercadoria sob uma nítida rota neoliberal. Os autores demonstram que, de modelo de democracia participativa radical com o Orçamento Participativo (1989-2004) e pela projeção internacional da cidade como sede do Fórum Social Mundial, a cidade passou por um processo de desdemocratização: da maxD (máxima democracia), com investimentos orientados pelas demandas comunitárias e prioridade às periferias, avançou para uma lógica de governança liberal (2005-2016) e, depois, para um regime ultraliberal de mercado (2017 em diante). Nessa última fase, o Estado deixou de atender às demandas das comunidades, privilegiando grandes obras e remoções, como as da Copa de 2014, em um cenário de esvaziamento acelerado da participação. Esse contexto consolida uma cidade gerida como negócio, marcada pela privatização e pela concessão dos bens comuns, na qual a acumulação por despossessão se sobrepõe ao direito à moradia e ao território (Harvey, 2005).

Somado a isso, adentrando no que chamamos de “bastidores” desses processos de gestão e de planejamento, o que frequentemente costuma acontecer são equipes formadas por planejadores e planejadoras urbanas brancas de classe média, fazendo uso de sua inteligência para construir enunciados que tornem os empreendimentos-mercadorias mais vendáveis e menos ruidosos o possível, compondo uma trama técnico-política que por vezes vem sendo nomeada e neutralizada enquanto “city marketing”, mas que em sua essência se trata de uma eficaz “desdemocratização na cidade” de Porto Alegre (Ibidem). Ou seja, “um saber-fazer transformador e renovador embelezado por um discurso imagético exemplar” (Reyes, 2022, p.140).

Esses processos excludentes, sustentados e aperfeiçoados na sucessão dos governos neoliberais que administram a cidade de Porto Alegre nas últimas décadas, já fazem a população sentir na pele seus efeitos, seja vivendo a expulsão de suas moradias, a segregação, preconceito de classe, lgbtqia+fobia, fascismo, machismo e racismo; ou também, no caso dos habitantes mais privilegiados, o consumo das novas experiências com distinção, uso do transporte privado de um canto a outro da orla da cidade, o vazio existencial e a medicalização da vida, vício nas redes sociais, etc. Os sentidos de urbanidade incentivados e produzidos pelas elites de Porto Alegre, e que tem a adesão de gestores da prefeitura nos últimos anos, parece correr em dois caminhos distintos, ambos engajados em fragmentar os sentidos de comunidade: de um lado, a unidade da família tradicional, os condomínios carrocêtricos e ecocidas, as empresas de vigilância, as grandes avenidas, os grandes empreendimentos comerciais e de lazer como vemos nas orlas, na Zona Sul e na Zona Leste; de outro, a ilusão de uma comunidade diversificada e cosmopolita, os novos empreendimentos para especulação do capital financeirizado, os eventos de rua seguros para a população branca, os comércios elitistas e homogeneizados, as ciclovias e boulevards, o policiamento racial intensivo, expulsando a população pobre e marginalizada e os pequenos comerciantes dos bairros mais centrais. Não chocaria ninguém se o slogan da próxima gestão na prefeitura de Porto Alegre fosse algo como “uma cidade insaciável por desenvolvimento”.

Nessa conjuntura, entre pesquisadoras e militantes pelo direito à cidade, tem ficado cada vez mais entendido que as práticas das últimas gestões - que incluem

polícia não se refere apenas às forças de segurança, mas a toda forma de ordenamento que distribui lugares, funções e modos de fala - ou seja, aquilo que define quem pode aparecer e falar na esfera pública. A política, ao contrário, surge quando “os que não têm parte” rompem essa ordem e afirmam sua igualdade, instaurando uma nova partilha do sensível. Trata-se, assim, de um conflito entre a lógica da gestão e a da emancipação.

as revitalizações, as privatizações e concessões de espaços públicos, as ideias de cidade criativa, as smart cities, entre outras, por exemplo - são uma continuidade de um projeto social de controle e segregação espacial inaugurado pelo urbanismo barroco e moderno, atualizados de modo estratégico na financeirização dos últimos anos (Arantes, 2012). Na cidade de concreto, *smart* e eficiente, não sobra espaço para as convivialidades espontâneas e para os encontros imprevistos, apenas para os indivíduos que seguem os rituais de produção e consumo. A melancolia, a opressão e os apagamentos fazem parte do habitar que os governos neoliberais de Porto Alegre vem instaurando nas últimas décadas. “*A gente é uma comunidade que foi decepada*”, como fala uma moradora da Vila Nazaré relacionando o território com a violência contra o corpo. As políticas de remoções forçadas operam como amputações no tecido social e existencial das comunidades.

Entretanto, muitos dos pressupostos que sustentam esse modo de governar, de ser e de viver vêm sendo criticados e subvertidos por ativistas, militantes, pensadoras, lgbtqia+, pretos e indígenas. Pensando sobre as suas experiências entre a cidade e o quilombo, Antônio Bispo dos Santos (2023) critica a cidade e o regime de acumulação, exploração e valorização que ela instaura:

Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? Ou um engenheiro ganhar mais do que um pedreiro? (Bispo, 2023, p. 18).

Davi Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2019), ao descrever o povo da mercadoria e os modos de vida ocidentais, nos atenta ao rastro de destruição que o capitalismo e a urbanização produzem, pensando o problema para além da economia política, enquanto uma crise onto-epistemológica das sociedades ocidentais. O xamã Yanomami, de certo modo, nos alerta que o cotidiano nas grandes cidades, que vou começar a chamar de “cidade da mercadoria”, parece nos assaltar sob um falso impasse, um realismo capitalista (Fisher, 2020), onde um modo de ser e de viver urbano, colonial e capitalista parece ser o melhor caminho, inevitável. Boa parte de nós brancos, do “povo da mercadoria”, vivemos como se não houvesse saída dos circuitos de produção e das infraestruturas que sustentam a forma-cidade tal como a conhecemos. Ao mesmo tempo, deslegitimamos - ou assistimos à deslegitimação - dos enunciados e das imaginações políticas que ousam pensar e praticar caminhos alternativos,

o capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias (Ibidem, p.13).

A cidade da mercadoria, com suas novidades, confortos e feitiçarias capitalistas que se reproduzem o tempo todo, nos sugere um “direito de não ter cuidado” (Stengers; Pignarre, 2011; Stengers, 2015). Ailton Krenak (2022), próximo dessa crítica, nos atenta a um ponto de vista que é cada vez mais estudado nos estudos urbanos e regionais: para a cidade seguir acontecendo como a conhecemos - e isso envolve, até mesmo, para que as políticas urbanas progressistas de inclusão social seguirem acontecendo - muitos outros mundos precisam seguir sendo destruídos. Cosmofobia. “*O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza.*” (Bispo, 2023).

A noção de “comuns”, amplamente difundida entre esquerda, mas também por parte da direita, vem sendo tateada ao longo da cartografia. O comum manifesta-se como prática histórica de partilha e de reprodução coletiva da vida - procura dar

outros sentidos aquilo que Marx denominou “acumulação primitiva”¹⁰. No contexto do neoliberalismo, as ofensivas privatizadoras atingem dimensões extremas, convertendo bens naturais, saberes e relações sociais em mercadorias, ao passo que o comum reaparece como horizonte de resistência e experimentação de outra cidade¹¹. Trata-se de uma racionalidade alternativa que buscaria recusar a centralidade da propriedade e da exploração do trabalho, propondo a reconstituição da vida social e ecológica a partir da cooperação, da autogestão e da solidariedade, tensionando os limites do capital e abrindo frestas para outras formas de produção e convivência (Federici, 2022).

A problemática da propriedade privada, tomada aqui como um dos paradigmas centrais da colonialidade do poder e do capitalismo, não se restringe à esfera econômica: ela se enreda em múltiplas formas de exclusão, na violência doméstica, no sexismo e no racismo estrutural, compondo uma linha de atenção desta pesquisa. Como lembra Quijano (2005), a colonialidade do poder instituiu um modo de organização que estruturou não apenas relações políticas e econômicas, mas também hierarquias entre saberes, corpos e modos de vida. Nesse arranjo, o conhecimento europeu, o masculino, o heterossexual e o branco foram instituídos como universais, enquanto outros conhecimentos, experiências e existências foram sistematicamente desqualificados - processo que se expressa diretamente na maneira como o direito de propriedade foi introduzido no Brasil, invisibilizando formas diversas de acesso e uso da terra praticadas por povos originários.

Foi nesse horizonte que, em 2021, durante a organização de um encontro com a Okupação Kaliça, surgiu uma provocação que condensava em poucas palavras essa crítica: diante da pergunta “Por que ocupar?”, os moradores responderam “Acho que a pergunta importante é: por que pagar aluguel?”. A força dessa inversão reverberou em mim e em uma amiga com quem eu morava, pois, nos meses anteriores, havíamos enfrentado dificuldades financeiras e situações de violência locatária atravessadas pelo racismo e pela lgbtqia+fobia, que abalaram profundamente nossa saúde mental. Na cidade da mercadoria, para certos corpos, pagar o aluguel em dia não basta.

Semanas depois, escuto de um amigo que veio de Viamão “não vejo mais sentido em trabalhar que nem um louco sofrendo para pagar esse aluguel (em Porto Alegre)”, falando que estava cansado, deprimido e endividado, agora tentando uma vaga na Casa do Estudante da UFRGS. Ecoando o que Alana Moraes (2020) evidencia, as falas “não vejo mais sentido nisso”, “antes eu não estava vendo”, “antes eu estava cego” etc. são recorrentes e sustentam pistas de que talvez interromper as histórias que nos trouxeram até a cidade da mercadoria, com as famílias cisheteropatriarcais, os adoecimentos e medicalização da vida, os endividamentos e expropriações, entre outras histórias, passa por desmontar os seus fundamentos e os sentidos que os sustentam. A propriedade privada é um dos fundamentos centrais debatidos e problematizados nas conversas cotidianas que temos nas ocupações, e vem sendo tensionada pelas militantes, que entendem que essa estrutura determina vários dos problemas sociais enfrentados.

Nessa linha, já escutei que os anos de formação e organização da ocupação de um terreno baldio ou de um edifício abandonado foram mais importantes que conquistar a tão sonhada casa própria. A composição de uma comunidade temporária, que

10 No sentido empregado por Marx, a “acumulação primitiva” designa o processo histórico de expropriação violenta que separou trabalhadores de seus meios de subsistência, da terra, criando assim as bases duplas do capitalismo: de um lado, a massa de trabalhadores “livres” (despossuídos e forçados a vender sua força de trabalho) e, de outro, a concentração da propriedade e dos recursos.

11 Autoras como Silvia Federici (2022) ampliam essa análise, mostrando como essa lógica não é apenas um evento fundador, mas um mecanismo contínuo de “cercamento” que atinge corpos, saberes e relações, e que se intensifica sob o neoliberalismo.

inclui fazer novos parentescos, a descoberta de paixões, a experimentação de novas tecnologias sociais, as relações de cumplicidade, cuidado e camaradagem que se fortalecem parecem ser um dos principais sentidos das lutas e da vida. Novamente, a casa própria e a propriedade privada vão perdendo o sentido enquanto objetivo estratégico central e passam a significar cada vez mais “privar-se” de uma vida de liberdade, de partilha e de comunidade. Bárbara Hypolito (2024), em pesquisa com o Kilombo Urbano Canto de Conexão, pontua como as ocupações urbanas reconfiguram territórios, afetos e modos de subjetivação ao se posicionarem como insurgência contra o modelo capitalista, neoliberal e homogeneizador de produção territorial. Por meio de micropolíticas ativas (Rolnik, 2019), as ocupações confrontam a colonização da subjetividade, promovendo modos de subjetivação libertários e singulares baseados na autogestão, autonomia social e horizontalidade nas tomadas de decisão, forjando um horizonte de possibilidades que rompem com os padrões de controle e assujeitamento impostos pelo capital.

As experimentações cotidianas que as ocupações e as cozinhas comunitárias possibilitam, abrem caminhos para um outro sentido de habitar. Uma “habitabilidade” que diz respeito não à qualidade de projetos arquitetônicos, como as pesquisas do campo da habitabilidade costumam investigar, mas de um entendimento do habitar em perspectiva ampla, profundamente ecológico e indissociado da comunidade. Habitabilidade enquanto “habilidades cosmológicas e tecnopolíticas (e vice-versa) necessárias para coproduzir vida e partilhar diversidades em coexistência cuidadosa” (Cançado, 2019, p. 243).

Em meio a isso, talvez, vamos percebendo pouco a pouco a ruína que é, e que para muitos sempre foi, a cidade da mercadoria enquanto mercantilização, extração e demolição de todas as coisas e de tudo que é vivo e vivente (MBEMBE, 2020). Sigo as pistas de que é nas ruínas da cidade da mercadoria, construída a partir de séculos de um colonialismo brutal aos corpos humanos e não-humanos, que brotam “habitabilidades” e outros sentidos de habitar, algo que os movimentos sociais por moradia vêm produzindo. Logo, tenho entendido esse interromper enquanto uma estratégia dos movimentos sociais para não se deixarem aderir a respostas prontas ou grandes projetos unificados de futuro. Talvez seja a partir dessas interrupções da cidade da mercadoria, que possibilitam encontros inesperados, novas coreografias e um habitar no sentido “mais forte”, como vêm sugerindo o coletivo Conselho Noturno (2019), que podemos começar a perceber a cidade como uma floresta arruinada (Krenak, 2022). Então, refletir sobre as lutas sociais no Brasil exige deslocar o pensamento de Marx em direção a um devir-indígena, vinculado às experiências de organização e de lutas latino-americanas e caribenhas (Tible, 2018). Tornar-se selvagem, como nos convoca Jerá Guarani (2020).

Reativar o corpo

Recentemente Porto Alegre foi reconhecida como a cidade com o melhor ambiente de negócios do país¹², uma conquista muito comemorada pela atual gestão. Paralelamente, e suponho que isso não é uma coincidência, a cidade foi também reconhecida como a capital com maior índice de depressão do país¹³. Para os estudos da psicologia e da psicanálise a correlação acima não é uma novidade, apesar das complexificações que emergiram com as políticas de inclusão social dos últimos anos. Suely Rolnik, Vladimir

12 Encontrado na notícia “Cidade do RS tem melhor ambiente para negócios no país”. GZH, Porto Alegre, 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4svydrqr>>.

13 Encontrado na notícia “Por que Porto Alegre é a capital com maior índice de depressão do Brasil.” GZH, Porto Alegre, 13 de maio de 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/49rzj9k2>>.

Safatle, Christian Dunker, Jota Mombaça, entre outras, vêm falando sobre os impactos do capitalismo neoliberal e do colonialismo nos corpos em contexto brasileiro.

A produção do sujeito sob o neoliberalismo é atravessada pela transformação da política econômica em um modelo de gestão social de subjetividades, visando mudar o coração e a alma da sociedade. O neoliberalismo investiu em processos sofisticados que estabilizaram as suas lógicas ao transferir para o trabalhador a responsabilidade de empresariar a si mesmo, agora: competitivo, individual, livre e endividado (Dardot; Laval, 2016). A vida é acelerada a ponto de se tornar uma experiência utilitária, contaminada por práticas de âmbito competitivo e individual, sendo a liberdade traduzida na forma mais eficiente de subjetivação e sujeição.

Em se tratando de habitação, a propriedade privada, os regimes de aluguéis, os endividamentos por financiamento de imóveis e os acessos a certos padrões de vida e de urbanidade são também dispositivos facilmente naturalizados como responsabilidade dos indivíduos, e passam por um autopolicimento moral coletivo. Aos poucos se espalha uma pedagogia neoliberal do “indivíduo calculador e trabalhador produtivo” (Dardot; Laval, 2016), aquele que “sabe se organizar”, “que vai conquistar a casa própria com seu suor”, responsável por cuidar apenas do que lhe convém, isso quando não afirmam uma paixão pela propriedade. Silvia Federici (2022), ao refletir em sentido amplo do que ela chama de uma era de novos cercamentos, adverte que

Em vez de trabalho, exploração e, sobretudo, “patrões”, agora temos os endividados que enfrentam sozinhos, não mais como parte de um corpo e de um relacionamento coletivos, como era o caso dos assalariados. Dessa maneira, a resistência é dissolvida, os desastres econômicos adquirem uma dimensão moralista (...) (Ibidem, p. 122).

Richard Sennett (2008) busca compreender de que modo as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana ao longo da história. A cidade da mercadoria, com suas arquiteturas de controle e organização, tem sido o locus de uma vida individualizada e de um “corpo passivo”, que para o autor se reflete, entre muitos outros fatores, nessa carência de sentidos e adoecimento psíquico, ou em termos mais apropriados, em sofrimento ético-político.

O conceito de corpo-território, como trabalha Veronica Gago (2020), emerge das lutas indígenas e feministas da América Latina. O corpo, como o território, é colonizado, capturado pelo capital financeiro, pela violência cisheteropatriarcal, pelo racismo e pelo colonialismo. Mas também é corpo de insurgência, que resiste, se reinventa e produz novas habitabilidades. E, ainda, Gago conecta essa trama às críticas ao capitalismo financeiro: para ela, a dívida é outra forma de captura do corpo-território, pois atua tanto no nível íntimo (nas subjetividades, no trabalho reprodutivo, nas relações familiares) quanto no nível territorial (nas associações de bairros, nas casas hipotecadas, nas comunidades ameaçadas por despejos). Aqui, ela dialoga com Silvia Federici, que denuncia como o capitalismo sempre precisou expropriar corpos (sobretudo de mulheres) para garantir a acumulação.

Mais recentemente, Judith Butler (2018), ao permanecer atenta às lutas contemporâneas pela ocupação de espaços públicos, reflete sobre a condição precária a que estamos submetidos nas últimas décadas. A partir de uma das perguntas que abre as reflexões da filósofa, “o que significa agir em conjunto quando as condições de ação conjunta estão destruídas ou entrando em colapso?” (Ibidem, p.29), ela vai percorrendo algumas manifestações políticas dos últimos anos e entendendo que cada corpo cada vez mais carrega individualmente o sentimento de fracasso e ansiedade para manter uma “vida vivível”. Para ela, é importante lembrar que os sucessos e os fracassos nas batalhas

da vida cotidiana não são de responsabilidade ou de mérito individuais, “ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa” (Ibidem, p.27), e ela diz o mesmo para emprego, para infraestruturas, etc.

Ainda que no campo político progressista se defenda a ideia de que todos deveriam ter acesso a um pedaço de terra e a um imóvel, para muitos coletivos os sentidos de ocupar um imóvel são diferentes dos sentidos de morar em um imóvel próprio ou alugado, e isso implica uma mudança de perspectiva de habitar, uma mudança da posição do corpo na esfera política. “Aqui eu me sinto livre pra poder ser e viver outras coisas”. “Ocupar”, quando falamos de ocupações de edifícios, terrenos baldios ou de retomadas, parece se tratar mais de pertencimento a um “território existencial”, a uma comunidade efêmera que partilha um processo de feitura ecológica, política, ética e estética em comum (Guattari, 1992). O que percebi no acúmulo de encontros e que aqui desejo cartografar com maior rigor e interlocução com outros campos de estudo é que, apesar dos desafios de organização da comunidade produzidos pelo neoliberalismo, os mutirões, em seus gestos não-espetaculares, configuram territórios existenciais engajados em outras produções de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1995).

Percebo que, nos movimentos sociais, a saúde mental de ocupantes, apoiadores e militantes vem ganhando uma atenção cartográfica crescente, ainda que falem elaborações teóricas sobre o tema. Se na família, no trabalho e na maioria das instituições o sofrimento psíquico costuma ser silenciado e moralizado, nas ocupações, cozinhas comunitárias e mutirões se abrem espaços para acolher corpos adoecidos, cansados e impotentes. Nesses territórios, a medicalização da vida e os desafios de conviver com depressão, ansiedade e insônia estão sempre presentes nas conversas entre os praticantes, tornando-se, com frequência, pauta de reuniões. Um fenômeno que passa a ser acompanhado e cuidado no próprio chão da luta.

O conselho que já escutei mais de uma vez na universidade, de que *“tu tem que estar forte e bem de saúde mental para se envolver em um processo como esse”*, se referindo à militância ou a projetos de extensão popular, ignora, talvez, que em muitos casos são justamente as nossas fragilidades e dores com o mundo como o conhecemos e com a vida precária que vivemos que nos fazem sentir a necessidade de lutar. “O fermento da revolução é, porém, a dor sentida em comum” (Han, 2021, p. 30). Há um acúmulo histórico de violência colonial, e o corpo que experimenta o adoecimento, as injustiças do capitalismo e do colonialismo é o mesmo corpo que se reúne em resistência. *“Nesse coletivo me sinto à vontade pra desabar”, “Foi passar 4 dias aqui na ocupação que até esqueci de tomar meu remédio para dormir”*, como escutei nas primeiras semanas da Ocupação Periferia no Centro.

Quando pensamos em saúde mental, cuidado e autocuidado, é comum evocarmos imagens de pensamento que remetem a terapia individual, momentos de calma, privacidade, conforto, férias, etc. A noção de autocuidado, historicamente cara ao movimento feminista e ao movimento negro, foi “sequestrada” pela lógica neoliberal e capitalista, tornando-se sinônimo de consumo (de produtos, terapias, apps de meditação) e de uma busca individual por bem-estar que isola e despolitiza. É um cuidado que não questiona as estruturas que adoecem, que busca o bem-estar em mais uma mercadoria.

Danilo Patzdorf (2022) reflete sobre as transformações e tensões que o neoliberalismo impõe ao corpo e à sensibilidade no mundo ocidentalizado. Ele cartografa como “somatopolítica”, ou o poder sobre os corpos, molda práticas artísticas, educativas e somáticas, levando a uma queda da capacidade de sentir, relacionar-se e habitar sensivelmente o mundo. Ao criticar os discursos da saúde como mecanismos normativos

de controle sobre os corpos, ainda mais no capitalismo digitalizado, o pensador critica certos discursos sobre o cuidado, onde a

(...) suposta falta de autocuidado é utilizada para culpabilizar o indivíduo, como se o seu esgotamento, depressão, ansiedade, sedentarismo, carência ou distração cotidianos fossem consequências de um fracasso na administração da própria vida, bastando que ele compre uma pílula, uma cirurgia, uma consulta ou um curso para reconquistar seu equilíbrio perdido (Ibidem., p. 95).

O pensador, entretanto, sugere que o esgotamento corporal não é uma falha individual, mas um resultado de mecanismos sociais e políticos. Ele identifica e elabora quatro manifestações (ou constructos provisórios) desse fenômeno - o corpo esgotado, o corpo sedentário, o corpo distraído e o corpo carente - e, para cada um, realiza uma cartografia e propõe práticas de autocuidado como forma de resistência e recuperação da vitalidade. O “corpo esgotado” seria aquele incapaz de se revitalizar mesmo com o descanso, pois sua fadiga é mais do que física: resulta do esvaziamento de sentido e do desencantamento que acompanham a lógica produtivista do capitalismo. Essa exaustão nasce da separação com saberes e práticas que davam pertencimento ao corpo e à comunidade, submetendo o sujeito a uma vida alienada e autoexploratória.

A partir desse debate, uma das pistas mais difíceis de cartografar, e que se colocam como um desafio de modo mais amplo, está na relação entre sofrimento, cuidado e movimentos sociais, esferas emaranhadas em uma crise de sensibilidade¹⁴. A relação entre sofrimento, cuidado e produção do espaço a partir dos movimentos sociais permanece pouco estudada nas pesquisas acadêmicas ou em formações políticas e rodas de conversa dos movimentos. Militar e se organizar politicamente adoece os corpos dos militantes. São frequente as histórias de militantes que “quebram” diante de uma tarefa muito desafiadora, ou adoecem pelos ataques, pressão, conflitos, exaustão e disputas internas. “Vou precisar me afastar por uns meses da ocupação, me tocar pra Gravataí”, “Estou pensando seriamente em abandonar a luta e cuidar da minha vida”. O sofrimento está presente nos movimentos sociais, e ele sempre coloca para os coletivos a tarefa de encarar o desafio de se moverem entre o cuidado e a ruptura. Quanto mais intensamente as pessoas se inserem e se organizam politicamente em um movimento social, maiores os desafios e os problemas de organização que se colocam. Mais organização, outros sofrimentos.

Gabriel Tupinambá (2017), ao estudar psicanálise popular e sofrimento entre militantes, pergunta: “convém ser comunista para escutar o sofrimento social?”. Segundo o psicanalista, trata-se de uma condição importante para que a escuta possa operar sobre a dimensão da exploração econômica, convertendo a impotência individual em uma interrogação política sobre outras possibilidades de vida. Escutar o sofrimento, portanto, exigiria considerar o modo como as contradições do trabalho se inscrevem no corpo e na linguagem dos sujeitos. Nesse sentido, o sofrimento e a organização política se encontrariam. Como transformar o sofrimento em demanda política? Marco Fernandes (2011), refletindo com Frantz Fanon sobre as possibilidades terapêuticas das lutas, ressalta o uso da expressão “terapia” entre os acampados e os militantes ao se referirem às ocupações.

¹⁴ Danilo Patzdorf (2022) define a crise de sensibilidade como o efeito da somatopolítica neoliberal, que fragiliza a capacidade psicofísica de sentir e perceber, submetendo o corpo a uma vulnerabilidade programada e à servidão maquínica em escala global. Essa crise não é um colateral do capitalismo, mas um projeto ativo de controle e exploração, que molda modos de vida, trabalho e relação de forma compatível à racionalidade neoliberal.

Apesar de todos os desafios postos pela organização política, para parte dos militantes dos movimentos sociais e das ocupações, o cuidado é inseparável da política. Nos últimos anos, observa-se a emergência ainda tímida de uma produção de subjetividade em que o corpo ocupa o meio das práticas coletivas - meio entendido não só como centro, mas como campo relacional, ecológico, que sustenta variações e encontros. Essa pista abre caminhos para compreender que diferentes condutas de cuidado engendram diferentes modos de habitar e, ao mesmo tempo, diferentes modos de lutar. Nisso, experimentam-se coreografias cotidianas que deslocam as fronteiras tradicionais entre público e privado, objetivo e subjetivo, estranho e familiar, individual e coletivo, cuidado e autocuidado. “Me sinto parte dessa terra aqui”, “me sinto parte dessa comunidade”, “aqui está a minha família de verdade”, como já escutei de diferentes modos, sugerindo uma transformação no regime de sensibilidade que se opera no viver junto. Reunir-se com as companheiras para participar de um ato, juntar-se a um coletivo, cortar tempero para preparar marmitas, queimar pneu em uma ação direta, erguer a voz contra um macho opressor, participar de atividades coletivas, mutirões. São práticas que engendram uma noção de cuidado como um modo de fazer a vida prosperar em condições de precariedade da revolta. “*Antes (da ocupação) eu estava tendo crise direto, agora tô tendo mais tempo pra me cuidar*”.

É nesse sentido que os mutirões podem ser compreendidos como territórios de devir, onde corpos e práticas coletivas se compõem em alianças contingentes e imprevisíveis, instaurando outras habitabilidades e modos de produzir (Deleuze; Guattari, 1997). Movimento incessante, não redutível a métodos, mas sempre em meio. Um acontecimento que se dá em relação.

A partir das tradições negras de fuga e de improvisação, Fred Moten e Stefano Harney (2024; 2023) vêm esboçando a noção de “sobcomuns”, designando um espaço e uma prática política que se situam fora e contra as estruturas institucionais do capital, do Estado e da academia, mas que, paradoxalmente, habitam essas estruturas de modo fúgitivo, sem se deixar capturar pelas ordens dominantes. Diferente da noção de comuns, os sobcomuns seriam tanto os gestos de recusa generalizada - contra o trabalho, a propriedade, a cidadania e o saber disciplinar - quanto uma prática afirmativa de solidariedade, cuidado e pensamento coletivo que se faz entre ruídos, improvisos e na indisciplina.

A exemplo das experiências quilombolas, é no “pertencer à terra” e no “tomar corpo no mundo” que o habitar colonial e a cidade da mercadoria vão sendo desmoronados pouco a pouco. “Trata-se de recompor nossos corpos fraturados, restaurando-os em suas relações com o mundo” (Ferdinand, 2022, p.228). Nêgo Bispo vêm falando que estar fortalecido não significa estar em condições de atacar, de reproduzir a violência do colonizador. Segundo o mestre quilombola, há uma potência e uma força importante em experimentar novas táticas de defesa, em uma retomada do controle e do cuidado de nossas próprias pedagogias do habitar.

Ana Mumbuca (2022), pensadora quilombola, ao falar sobre os modos de ser e de viver dos povos quilombolas e indígenas, diz que “(...) disputamos pela defesa e não pela competição, para anunciar em vez de apenas denunciar”. Erguer uma habitação, mesmo que a partir de lonas e pilares de bambu, é uma forma de cuidado com o corpo que nos foi tomada pelos modos de dominação da cidade da mercadoria, e nos últimos anos, por uma gestão política que desloca os militantes das posições de lutadores e lutadoras, com suas tecnologias de sobrevivência e cosmopolíticas de cuidado, para as classificações e categorias de público-alvo para políticas públicas,

(...) de acampados à candidatos a “beneficiários mobilizados”; de maloqueiros à “trabalhadores esforçados”; de mulheres diversas em

muitas rotas de experimentação - religiosas, sexuais, hormonais, de novos amores e parentescos feitos como práticas encarnadas de alianças - à “mães de família sacrificadas”; da vida-ocupação à vida-condomínio (Moraes, 2020, p. 390).

Diante do habitar nas durezas do concreto, e o acesso a toda uma máquina urbana que sustenta o “direito de não ter cuidado” que já comentei (Stengers, 2015), tenho pistas de que esses corpos em aliança fazem da luta um modo de “reativar” ou de “retomar” os sentidos do corpo (Sztutman, 2018), de voltar a crer no mundo, de sentir novas curiosidades, de aprender a respirar novamente. “Só me sinto vivo mesmo quando tô com a galera fazendo alguma coisa”. Além de serem práticas que extrapolam os limites e paredes das ocupações, elas ocorrem para além das noções políticas comuns de “engajamento”, “mobilização” e de “conscientização”, e são um modo de lembrar das sensibilidades que a cidade nos faz esquecer, em gestos sentidos com o corpo.

No Brasil, sinto que alguns coletivos de arquitetura ainda organizam mutirões com o objetivo de atender a uma comunidade; mesmo enquanto praticantes bem intencionados, parecem ter um entendimento de que essas práticas ocorrem em um território cindido da vida. Nos encontros de mutirões, porém, encontramos um embaralhamento dos corpos na partilha do sensível (Ranciere, 2009) que programa a vida em hierarquias, posições e especializações; além disso, nesse outro regime de sensibilidade, pode acontecer um deslocamento do lugar da arquitetura para a clínica e para uma política de emancipação.

“Isso aqui pra mim é terapia”, “Eu gosto de vir aqui pra respirar dos problemas de casa”, “Aqui eu sinto que eu consigo estar presente de verdade”. Nas conversas, cortando alimentos, pintando paredes ou ao redor da fogueira, os diferentes praticantes experimentam outros modos de acolhimento e de intimidade, escutam e contam as suas histórias de vida, conspiram e cuidam das feridas de cada um (Haraway, 2018).

Desconcretar a arquitetura

Foi em um dos mutirões para a construção de uma praça comunitária na Vila Dique, na Zona Norte de Porto Alegre, que eu comecei a entender um pouco mais dos sentidos de desconcretar a arquitetura. Em um lote que há poucas semanas havia sido desocupado por uma das famílias que aceitou uma casa no loteamento Porto Novo, e com isso teve a sua casa na comunidade destruída (na política do “chave na mão, casa no chão”), participei de encontros de mutirões, festas, churrascos, oficinas de cartografias e muitas rodas de conversa que fizeram parte da vida e da luta das habitantes da comunidade. Na época, em 2018, as famílias que não aceitavam as condições impostas pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), fundaram o movimento “Vila Dique Resiste!” e procuraram o Escritório Modelo Albano Volkmer - Práticas Participativas Populares (EMAV) querendo que auxiliássemos a comunidade para construir uma alternativa às novas remoções que enfrentavam. A demanda inicial, que inicialmente parecia ser mais de apoio técnico de planejamento, com o objetivo de tornar os instrumentos urbanos mais acessíveis para toda a comunidade, foi se transformando em uma relação intensa de encontros transdisciplinares.

Em poucas semanas, estávamos organizando atividades para arrecadar roupas e dinheiro, palestras, brincadeiras com as crianças, assembléias, levando denúncias e demandas das moradoras aos fóruns da Regiões de Planejamento, limpando e desconcretando os pisos que restaram das antigas casas destruídas, planejando os espaços coletivos e plantando mudas nativas.

Anos depois, na okupação Kaliça, estamos novamente respondendo a demandas de desconcretar os antigos pisos e calçadas “para que a terra possa se molhar e respirar”, uma espécie de tecnologia de guerra praticada pelo coletivo, uma tática (Certeau, 2014). Lembro que em 2018, em reuniões do EMAV, enquanto estudávamos educação popular antirracista, brincávamos entre nós que diferente do “é preciso aprender a construir, para depois desconstruir” que escutamos de alguns professores, o que nós mais enfrentávamos nas práticas com os territórios populares, era a demanda de desconcretar e de desconstruir o que já estava construído, para depois, se realmente necessário, construir de outros modos. Conforme cada nova demanda surgia, desconcretar e desconstruir, em sentido amplo (ético, político e estético), vai se tornando um modo de cuidado e um regime de condutas epistêmicas, uma submetodologia indisciplinada¹⁵ (Mombaça, 2016).

Esse relato acima se insere em um contexto mais amplo, onde vários dos imperativos mais tradicionais dos campos arquitetônicos e urbanísticos vêm sendo questionados e recriados, tanto em práticas de assistência técnica, nas relações com os movimentos sociais, como nas pedagogias de arquitetura e de planejamento urbano ensinadas em sala de aula. Em reflexão paralela e similar, a arquiteta Iazana Guizzo (2019) elabora reflexões em cima dos arquétipos mais comuns de atuação de arquitetos: benevolente; suicida; controlador; e autoritário¹⁶. Silke Kapp e outros pesquisadores do grupo MOM - Morar de Outras Maneiras (2012), ao também refletirem sobre a atuação de arquitetos e dos urbanistas em favelas, identificam que os profissionais costumam apresentar três tipos de práticas:

(1) Atuação tecnocrática, quando o arquiteto está vinculado ao Estado ou a instituições públicas, executando políticas ou programas que definem parâmetros técnicos, formas e prioridades do projeto, em geral sem a participação real ou decisória das pessoas afetadas. A lógica é normativa, regulatória, muitas vezes de cima para baixo. (2) Atuação missionária, caracterizada por um impulso voluntarista ou filantrópico, no qual o arquiteto “vai à favela para ajudar” segundo seus próprios parâmetros estéticos, técnicos ou éticos, muitas vezes imbuído de intenções boas, porém com pouca reflexão sobre a autonomia da comunidade ou sobre os efeitos culturais e de poder de sua intervenção. (3) Atuação artística, que assume uma dimensão simbólica: mais do que resolver problemas de infraestrutura ou habitação, busca transformar percepções, produzir impacto visual ou cultural, restaurar autoestima ou visibilidade das favelas perante “fora”. Isto inclui intervenções como pinturas, arte urbana, eventos culturais, intervenções estéticas no espaço construído.

Em crítica a essas atuações, as pesquisadoras do grupo MOM sugerem a atuação pelas “interfaces”, entendidas como pontos de contato e negociação entre o técnico e os diversos atores envolvidos no processo de assessoria, como moradores, movimentos sociais, instituições públicas e outras entidades. A atuação do arquiteto, portanto, não se limitaria a uma intervenção técnica isolada, mas envolve a construção de vínculos, a mediação de conflitos e disputas, a articulação de interesses diversos, visando o fortalecimento da autonomia em oposição à heteronomia (Baltazar e Kapp, 2016).

No EMAV, então constituído quase exclusivamente por alunes cotistas, pretos e da periferia, atuar pelas interfaces se traduziu em um mergulho mais profundo, resumido na expressão do coletivo: “não dar o peixe, nem ensinar a pescar, mas pescar

¹⁵ A noção de submetodologia indisciplinada é desenvolvida por Jota Mombaça e trata-se de uma prática investigativa que abraça o erro, a entropia e os saberes marginalizados, operando por meio de rastros, circuitos de contrabando teórico e uma postura corporal queer e dissidente.

¹⁶ Os arquétipos são formulados a partir dos dilemas e desafios de projeto participativos reais, posicionando-se em um espectro que oscila entre o desejo de participação e a persistência das hierarquias disciplinares.

junto”. No enunciado do coletivo, identifico pelo menos duas pistas importantes para pensar as relações entre universidade e comunidades, situadas em práticas de arquitetura e planejamento urbano. A primeira é a crítica às relações de voluntariado e assistencialismo, que tendem a produzir um “outro” definido pela falta e pela carência, e não pela diferença, pela potência e pelas possibilidades de “tornar-se com”. A segunda é a atenção às relações de valor implicadas pelas hierarquias de conhecimento, que determinam competências e autoridades técnicas para cada prática, impactando as fases da divisão do trabalho e a separação entre manual e intelectual, da demanda ao canteiro de obras.

Os debates de extensão universitária dentro da UFRGS, que até o ano de 2015 estavam pouco contaminados por outras perspectivas epistemológicas (ainda mais no campo da arquitetura), estavam em crise pela dificuldade da branquitude e da cisgeneridade em lidar com alunes cotistas, moradores de ocupação, “cria” da periferia ou de assentamentos, que estavam ocupando cada vez mais os projetos. Na época, lembro de escutar comentários de corredor de alguns professores falando que o EMAV “estava muito bagunçado”, “que não era mais como antes”, sempre em relação a demandas burocráticas da universidade com o grupo de extensão, ou em relação a algum posicionamento crítico e desobediente do coletivo, ignorando muitas das práticas que o grupo estava fazendo junto às comunidades, experimentando outras metodologias e dezenas de atividades, principalmente dinâmicas participativas de projeto e mutirões de construção.

Silke Kapp (2020) percorre diferentes experiências que tensionam a separação entre projetar, construir e habitar, refletindo sobre modos de produção do espaço baseados na cooperação, na autonomia e no trabalho associado. Em diálogo com uma tradição crítica que atravessa John Ruskin, William Morris e Sérgio Ferro, a autora desloca um pouco o olhar da arquitetura para os processos coletivos que a produzem, refletindo sobre as condições pelas quais o fazer arquitetônico pode constituir-se como prática de autogestão, produção do comum e invenção de outras arquiteturas. Tomando como ponto de partida a célebre passagem em que Marx distingue o pior mestre de obras da melhor abelha pela capacidade humana de antecipar mentalmente o resultado antes de produzi-lo, a autora identifica aí uma inflexão fundamental para pensar as formas de organização do trabalho na construção civil e os processos coletivos de mutirão. Nos canteiros heterônomos, a antecipação ideal é expropriada e concentrada na figura do técnico ou do capital, instaurando uma cisão entre o pensar e o fazer, entre o projeto e a execução, que estrutura a própria lógica da alienação e da dominação (Ferro, 2023). Já nos “canteiros autônomos”, a experiência do trabalho tende a reconfigurar essa divisão: o projeto deixa de ser monopólio de arquitetos e engenheiros e passaria a ser invenção contínua compartilhada entre os que constroem e habitam, tensionando a hierarquia técnica e reinscrevendo o ato de construir como prática política e pedagógica. Trabalho e emancipação.

Ao pensar sobre o corpo e o afeto nos processos de arquitetura e urbanismo, Guizzo (2019) complementa essas reflexões e se aproxima de meu interesse, além de também dialogar com o pensamento cosmopolítico de Isabelle Stengers. Para a laô-arquiteta¹⁷, “reativar os territórios” em uma perspectiva transversal participativa, onde cada participante cultiva e torne presente as suas diferenças, envolve “um interesse no movimento que os diferentes podem provocar entre si (...) já que eles desestabilizam pontos consolidados da disciplina, aqueles sobre os quais já não nos questionamos mais” (Guizzo, 2019, p.23).

17 laô (em iorubá: òyàwó) é como são chamados os filhos de santo, ou quem já passou pela iniciação no candomblé, na umbanda ou no batuque.

A noção de governar, como defende o Comitê Invisível (2020), consiste em prevenir a insurreição, seria um empreendimento da ordem do policial. Indo ao campo da arquitetura, Silke Kapp (2007) critica a concepção de moradia como “estojo”, fabricada segundo padrões de normalidade e consumo que reduzem o habitar a um espaço domesticado, repetível e descolado das mutações das práticas sociais. Ao funcionar como dispositivo de domesticação, a arquitetura estabilizaria modos de vida e neutralizaria a potência dos habitantes. Arquitetos e urbanistas seriam, então, mestres da domesticação, como lembra Fernando Freitas Fuão (2023). Desde o domus romano, a arquitetura participa da produção de um regime de governo do corpo e do espaço: a casa, o muro, o plano urbano, o detalhe construtivo são dispositivos de doma. Nesse sentido, projetar sempre implicou governar - domesticar o tempo, a matéria e os gestos em nome de uma determinada ordem ou de um chamado à ordem. A “máquina de morar” moderna transforma o morar em gestão e a cidade em campo de adestramento dos corpos.

Nos últimos anos, a partir das práticas que tenho vivido junto a coletivos e movimentos de luta por moradia, percebo que a convocação que eles nos fazem não é para pensar a arquitetura e o urbanismo em termos de um “paradigma de governo”, como ocorre em boa parte das políticas públicas, mas sim em um “paradigma do habitar”. Nesse paradigma, como propõe Fernández-Savater (2017), trata-se menos de projetar o que deve ser e mais de detectar e entrar em contato com os pontos de potência - energias, forças, intensidades, tecnologias, saberes, afetos - que já estão ali, no território e nos corpos que o compõem.

É próximo desse sentido que a noção de *local traditional knowledge* (LTK), de Ingold e Kurttila (2000), ajuda a compreender os saberes como algo que não está previamente dado, mas que se constitui na relação entre pessoas, coisas, seres, ambientes. São conhecimentos situados, dinâmicos, em constante movimento, formados e transformados nas experiências cotidianas, acumulados de modo relacional e hierarquizado em ecologias de práticas.

As novas demandas que emergem das lutas por moradia não aparecem como tarefas universais ou réplicas a serem multiplicadas, mas como situações que produzem sujeitos e coletivos em movimento. Nesse processo, forjam-se arquitetos e arquitetas de luta enquanto “identidades práticas”, que escapam às práticas convencionais tanto do mercado quanto da universidade (Stengers, 2021). Como a pensadora costuma lembrar, um “problema”, no contexto dessas práticas, nunca é um problema abstrato ou universal: é sempre uma questão situada. São problemas práticos, no sentido mais denso do termo: questões que pedem presença e atenção coletiva dos praticantes a partir do que podem ou não afetar, mais do que soluções. Cuidado de si e dos outros.

Nessa ecologia de práticas, para acadêmicos e acadêmicas em geral, e aqui especialmente para pesquisadores, arquitetos e planejadores urbanos brancos, de classes mais altas e cisgênero, surge a necessidade de uma ética auto-destrutiva em relação às posições de privilégio que ocupamos no mundo como o conhecemos, como vem sugerindo Jota Mombaça (2021). Desconstruir e desconcretar, que falávamos lá em 2018 no EMAV, andam lado a lado com o desaprender e desformar. Trata-se, tanto em contexto de ensino-aprendizagem como nas práticas de arquitetura, de desformar as pedagogias coloniais tecnocráticas instituídas no interior da divisão de trabalho e os saberes embrutecedores formados em boa parte dos espaços acadêmicos da branquitude.

Denise Ferreira da Silva (2019) explica que a noção de “luz negra” é um modo de leitura que faz brilhar aquilo que não é destacado mas que é essencial ao funcionamento do sistema, no exemplo dela, da relação entre trabalho escravo e produção de mercadoria.

Em outras palavras, a luz negra ilumina o substrato invisível da ordem colonial-racial-capitalista, expondo as relações ocultadas entre expropriação, racialização e extração. Enquanto pesquisadores antirracistas do campo da arquitetura, entendo que há uma tarefa de insubordinação radical contínua de iluminar as práticas e teorias de arquitetura com uma luz negra, incidindo nos regimes de visibilidade-invisibilidade, revelando a formação colonial-racial-capital. Somente a partir disso, podemos anunciar um fim ao mundo como o conhecemos¹⁸, como vem falando a pensadora (Ibidem). É, como nos alerta Frantz Fanon, uma tarefa que abraça a necessidade de destruir o mundo colonial como passo fundamental para a liberação.

Mais ou menos no caminho dessa tarefa, Germana Konrath e Paulo Reyes (2022) estão pensando nas práticas periféricas como uma inversão dos clássicos princípios vitruvianos “firmitas, utilitas e venustas”, sugerindo que as arquiteturas periféricas operam, em amplo sentido, pelo avesso dos imperativos vitruvianos, pelo “desestabilizar, desprogramar, deformar”. Desconcretar as arquiteturas de poder, portanto, passaria pela deformação e pelo confronto com as estruturas de dominação que a profissão aceitou e aderiu historicamente. Arquitetos que desaprendem para reaprender a habitar junto e misturado com os muitos outros (Portela, 2007). Será preciso, como sugere Fuão (2023), decapitar essa autoridade e reinventar o arquiteto não em uma saída suicida, mas como an-arquiteto. “Porque não queremos ser profissionais. Queremos ser amadores, no sentido etimológico da palavra: amantes” (Moten; Harney, 2024, p. 110).

Por fim, a metáfora “não dar o peixe, nem ensinar a pescar, mas pescar junto”, em que “pescar” é um verbo transitivo, se concentre excessivamente nas práticas em si, sem necessariamente abarcar uma dimensão da vida que frequentemente fica de “fora” das relações entre universidade e os muitos territórios populares. Há algo a mais a considerar se acompanharmos a intransitividade de “habitar o mesmo barco”, a indeterminação de navegar em um mesmo navio-mundo (Ferdinand, 2021, p. 221-5). Não mais com alguns corpos no convés e outros no porão. Então, uma das pistas que a pesquisa vem seguindo é que, em processos de construção por mutirão, esses corpos em aliança - incluindo aliados, pesquisadores, arquitetos e urbanistas - tratam de retomar com as próprias mãos (e o corpo inteiro) o que a academia formou, o mercado monopolizou e o Estado terceirizou na cidade da mercadoria.

Considerações parciais...

“Eu sei que a nossa luta é antiga, pesada, vem de muito tempo”, diz dona Zoe com o olhar firme voltado pro chão, enquanto faz uma pausa pro cigarro entre uma demanda e outra da cozinha. “Eles querem que a gente largue tudo, que desista... mas não tem jeito. A única coisa é seguir lutando”.

Pensar políticas públicas de moradia e de planejamento urbano, passa também por escutar o que atravessa os corpos e seus modos de resolver a vida em meio ao sofrimento produzido pelo colonialismo e pelo neoliberalismo. Nesses territórios existenciais de interrupção da cidade da mercadoria, podemos nos perguntar o que nos faz bem, que tipo de vida queremos, que cidade queremos viver, o que podemos fazer juntos. Como seria pensar uma política habitacional que levasse a sério as sensibilidades que emergem dessa retomada do corpo na produção do espaço? Como colocar o corpo

¹⁸ A noção de “fim do mundo como o conhecemos” se refere à desmontagem do mundo moderno-colonial, estruturado pela razão universal, pela separação entre sujeito e objeto, e pela lógica da racialização e do capital. Trata-se de um projeto ético e político de superação dessas estruturas para a possibilidade de um mundo verdadeiramente outro.

no centro pode reorientar nossos métodos e nossas agendas de pesquisa? Quais os lugares possíveis para arquitetos e urbanistas em contextos onde estão engajados em “rasgar” as próprias técnicas?

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.

BALTAZAR, M.; KAPP, T. F. Assessoria técnica com interfaces. *Cadernos MOM*, n. 16, 2016.

BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Editora José Olympio, 2018.

CALDEIRA, Clovis. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. Brasileira, 1956.

CANÇADO, Wellington. *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 22a ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. (1a edição: 1994).

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1990.

CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC edições, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Editora Elefante, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Marco. *Luta, que cura!* Passa palavra, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3pw2fav2>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2023.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. *Nova cultura política: o Paradigma do Habitar*. Outras Palavras, 2017. <<https://tinyurl.com/mrxr7b3f>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2023.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. Coleção Teoria e História da Arquitetura (Acervo Sérgio Ferro), Site TFTK Production Studies, 2023, <https://tftk.iau.usp.br>

FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Autonomia literária, 2020.

FUÃO, Fernando Freitas. *Arquitetura e domesticação I*. Fernando Fuão Blog, fev. 2023. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2023/02/arquitetura-e-domesticacao.html?q=AN-ARQUITETO>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. *On Heat*. Canadian Art, 29 out. 2019. Disponível em: <https://canadianart.tempurl.host/features/on-heat/>. Acesso em: 20/09/2025.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia, vol 1*. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol 4*. Rio de Janeiro, v. 34, 1997.

GUARANI, Jerá. *Tornar-se selvagem*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 12-19, jul. 2020.

GUIZZO, Iazana. *Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo*. Quintal Edições, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Editora Vozes, 2021.

HARAWAY, Donna. *Isso parte meu coração*. Entrevista por Marília Librandi. Revista DR, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 2005.

HYPOLITO, Bárbara de Bárbara. *Ocupação urbana e cartografia dos afectos: pela emergência de uma cidade da diferença*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes Limitada, 2015.

INGOLD, Tim. KURTTILA, T. Perceiving the environment in Finnish Lapland. In: *Body and Society*, 6 (3-4):183-196. 2000.

INVISÍVEL, Comitê. *Aos nossos amigos*. n-1 edições, 2020.

KAPP, Silke et al. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *IV Congresso Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Habitação Social*, 2012.

KAPP, Silke et al. Síndrome do estojo. *Colóquio de Pesquisas em Habitação*, v. 4, 2007.

KAPP, Silke et al. *Canteiros da utopia*. Belo Horizonte, Editora MOM, 2020.

KAPP, Silke et al. *A outra produção arquitetônica*. Belo Horizonte: MOM – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliliana; PASSOS, Eduardo (org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KRENAK, Ailton. Saíam desse pesadelo de concreto! In: *Habitar o Antropoceno*, BDMG Cultural, 2022.

KONRATH, Germana; REYES, Paulo. Desestabilizar, desprogramar, deformar: estéticas periféricas como caminhos projetuais em cidades latino-americanas. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras, 2019.

MARZULO, Eber Pires. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Editora Cobogó, 2021.

MORAES, Alana. *Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. *Tudo incompleto*. São Paulo: GLAC edições, 2023.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. *Sobcomuns: Planejamento fugitivo e estudo negro*. Ubu Editora, 2024.

MUMBUCA, Ana. “O pensar do Chão...”, 2022. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/o-pensar-do-chao?>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2023.

NEPOMUCENO, Mariana. Mutirão. Wikifavelas, ano. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Mutir%C3%A3o>. Acesso em: 03 nov. 2025.

PATZDORF, Danilo. *Artista-educa-dor: a somatopolítica neoliberal e a crise da sensibilidade do corpo ocidental (izado)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Para além dos movimentos sociais: reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 58, n. 1, p. 11–23, jan./abr. 2022.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público contemporâneo*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *desentendimento*, O. Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do sensível: estética e política*. Editora, v. 34, 2009.

REYES, Paulo. *Projeto não projeto: Quando a política rasga a técnica*. Editora Sulina, 2022.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições, 2019.

SANTO AMORE, Caio. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade*. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima; MARZULO, Eber Pires. Da democracia participativa à desdemocratização na cidade: a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 399-422, 2020.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. *Cultural studies review*, v. 11, n. 1, p. 183-196, 2021.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Palgrave, 2011.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 338-360, 2018.

TIBLE, Jean. *Marx selvagem*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

TUPINAMBÁ, Gabriel. *Sobre um projeto de psicanálise popular, ou: convém ser comunista para escutar o sofrimento social?* LavraPalavra, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://www.lavrapalavra.com/2017/04/19/sobre-um-projeto-de-psicanalise-popular-ou-convem-ser-comunista-para-escutar-o-sofrimento-social/>. Acesso em: 11 nov. 2025.